

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – ESTADO DE MINAS GERAIS

Assunto: SOLICITAÇÃO DE IMPUGNAÇÃO

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2020

PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA., CNPJ sob o n.º 58.295.213/0021-11, sediada na Rua Otto Salgado, 250 - CEP: 37066-440 - Ind. Cláudio Galvão, Varginha - MG, por ser sociedade distribuidora e fabricante de equipamentos médico-hospitalares, exigidos nos autos deste Pregão, tipo menor preço, vem, respeitosamente, formalizar PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO, nos termos da Lei 10.520/2002, Decreto 3.555/2000, e das razões abaixo:

Após análise do descritivo técnico do equipamento de ultrassom, verificamos que o descritivo para equipamento de ultrassom do Ministério da Saúde utilizado foi alterado para esse processo e passou a direcionar o certame a um único fornecedor, dentro das expectativas de tecnologia e preço solicitado.

Os diversos pontos alterados acabam por direcionar o certame para a Alfamed. Seria a única a disputar o processo dentro do valor estimado de R\$ 125.000,00. Pior, a exclusão de outros equipamentos competitivos, fará com que uma única fornecedora acabe não atuando com seu melhor preço, onerando assim os cofres públicos. Dessa forma, uma licitação deve ser isonômica, sem solicitações que não se fará utilização e de ampla concorrência. Vejamos.

Onde se lê:

NO MÍNIMO DE 130.000 CANAIS

Leia-se:

NO MÍNIMO 60.000 CANAIS

Justificativa:

O descritivo do Ministério da Saúde solicita equipamentos com pelo menos 22.000 canais digitais de processamento. Como cada equipamento possui sua base de cálculo para os canais digitais de processamento, a solicitação de 130.000 canais exclui da disputa diversos equipamentos que atendem a necessidade fim da aquisição, tornando um processo não isonômico. A qualidade de diagnóstico do equipamento muito se deve pela sua fabricação e em diversos outros pontos, não pelos canais digitais. Solicitamos assim, ao menos o exposto acima.

Onde se lê:

MONITOR LCD OU LED COM NO MÍNIMO 23 POLEGADAS

Leia-se:

MONITOR LCD OU LED COM NO MÍNIMO 19 POLEGADAS

Justificativa:

O monitor solicitado está totalmente fora do padrão do mercado. Equipamentos de ultrassom, no geral, possuem monitores entre 17" a 21". Não é o tamanho da tela que justifica a qualidade do equipamento e sim a qualidade de imagem, poder de diagnóstico, processamento e agilidade na reprodução de informações. A solicitação apenas torna o processo não isonômico e direciona o equipamento à Alfamed. Sendo assim, solicitamos que retornem para o descritivo correto do Ministério da Saúde e/ou reformulem o descritivo técnico para uma ampla concorrência, consideração a solicitação de monitor de no mínimo 19 polegadas.

Onde se lê:

- TELA SECUNDÁRIA COM TECNOLOGIA TOUCH COM NO MÍNIMO 08 POLEGADAS; -TECLADO

ALFANUMÉRICO; - PAINEL DE CONTROLE COM AJUSTE ROTACIONAL

Leia-se:

RETIRAR/EXCLUIR

Justificativa:

Novamente, a solicitação não se encontra no descritivo do Ministério da Saúde, tendo sido incluída somente para favorecer a Alfamed. Notifica-se o direcionamento para a única marca que atenderá a Dd. Administração dentro do valor estimado de R\$ 125.000,00 mesmo que outras fabricantes mundialmente conhecidas para o segmento de ultrassonografia tenham equipamentos que atendem a necessidade fim da aquisição com excelente qualidade.

Onde se lê:

POSSIBILIDADE FUTURA PARA USO DE TRANSDUTORES SETORIAIS PEDIÁTRICOS E NEONATAIS;

Leia-se:

RETIRAR/EXCLUIR

Justificativa:

Outra solicitação que somente foi incluída para que a Alfamed seja a única a atender com valor abaixo de R\$ 125.000,00. Transdutores setoriais pediátricos e neonatais tem aplicação muito específica, não sendo padrão para a enorme maioria dos casos. Também, não serão utilizados futuramente. Há estudo que demanda a necessidade desses transdutores? Tal solicitação apenas oneraria a verba que será utilizada na compra do ultrassom. Solicitamos a exclusão do item.

DO DIREITO

Nesse sentido, é cediço que da realização de uma licitação, mais propriamente quando da publicação do edital de licitação a Administração Pública encontra-se vinculada a legislação vigente, portanto, embora princípio basilar da Lei Federal nº 8.666/93, reconhecido, inclusive pelo Superior Tribunal de Justiça, esta Administração não respeitou a isonomia no processo licitatório e não logrou respeito aos seus dizeres na medida em que permitiu que o certame fosse publicado com privilégios a determinado concorrente, desiguando a disputa.

Ao ser mantida a solicitação de equipamento nos atuais termos, a Administração restringirá a participação da maioria das empresas fabricantes, no certame.

Tal situação é expressamente vedada na Lei 8.666, no parágrafo 1º, inciso I, do artigo 3º:

“Art. 3º

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato”

A descrição, nos termos atuais, fere o princípio da igualdade e da isonomia entre licitantes, restringindo-se a disputa.

Não há justificativa para tais exigências!

Sobre a matéria, ensina o sempre citado Hely Lopes Meirelles, em sua obra, "Licitação e Contrato Administrativo", Ed. Malheiros, 2006, pág. 66/67, in verbis:

"O princípio da padronização impõe que as compras de materiais e equipamentos e gêneros de uso comum na Administração se realizem mediante especificações uniformes que, dentre outras coisas, busquem compatibilizar a técnica com o desempenho e igualar as condições de manutenção e assistência técnica, como prescreve o art. 15, I, da Lei 8.666, de 1993".

Os precedentes do STJ apontam para este mesmo sentido:

"A exclusão apriorística de licitantes, sem fundamento em disposição expressa em lei ou regulamento, pode causar lesão irreversível ao excluído".

(MS 4.599-4/RJ j. 07.11.94 (STJ)).

"A interpretação das regras do edital de procedimento licitatório não deve ser restritiva. Desde que não possibilitem qualquer prejuízo à administração e aos interessados, para que a proposta mais vantajosa seja encontrada em um universo mais amplo".

(MS 5.779/DF j. 09/09/98 (STJ)).

Destarte, é necessário rever as especificações técnicas do edital, tendo em vista que vários equipamentos, plenamente aptos para atender a necessidade do Órgão.

Insustentável, perante os Princípios Administrativos da Isonomia, Razoabilidade e Ampliação da Disputa, promover a desclassificação de produtos líderes de mercado, por a mínima diferença técnica que, na prática, não apresentará nenhuma diferença real na utilização do equipamento.

Reitera-se que são exigências que restringirão totalmente, a participação de fabricantes e distribuidores na disputa.

Como se vê, pelas determinações legais é princípio constitucional garantir a isonomia e a igualdade entre os participantes de um procedimento licitatório, bem como é vedado ao agente público incluir no ato convocatório condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo.

Trata-se de entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça:

"A busca da melhor proposta recomenda a admissão do maior número de licitantes. Quanto mais propostas houver, maior será a chance de um bom negócio. Por isto, os preceitos do edital não devem funcionar como negaças, para abater concorrentes." (STJ, MS nº 5.623, DJ de 18/02/1998)

Comprova-se insustentável, perante os princípios da ISONOMIA, RAZOABILIDADE E AMPLIAÇÃO DA DISPUTA, assegurados pela Carta Magna, e regulamentados pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos, a apresentação de exigências injustificadas e que, em termos práticos, não acarretam nenhum benefício ou segurança ao paciente ou ao agente de saúde!

A Administração deve, sempre, proceder pela AMPLIAÇÃO DA DISPUTA!

DO PEDIDO



Diante do exposto, o Impugnante requer pelo conhecimento e deferimento da presente impugnação a fim de que seja retificado o descritivo técnico do Edital.

São modificações necessárias para a ampliação do número de licitantes e para que a Administração Pública tenha a certeza de que está adquirindo um produto apto a atender as suas necessidades, com um preço competitivo.

Por derradeiro, requer a republicação do edital, devolvendo-se os prazos necessários, vide exigência do artigo 21, § 4º, da Lei 8.666/93.

Pede-se, ainda, a especial gentileza de ser retornada a resposta a presente para o e-mail anelisa.coelho@philips.com e/ou juliana.almeida@philips.com

Termos em que,
P. Deferimento.

Varginha/MG, 13 de maio de 2020.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Avelino", written over a faint circular stamp.

AVELINO DE CAMPOS FIGUEIRA
PHILIPS MEDICAL SYSTEMS